

Os desafios da construção da intergeracionalidade no tempo do capital

The challenges posed by the construction of intergenerationality in time of capital

Cristiane de Fátima Poltronieri
Denise Gisele Silva Costa
Joice Sousa Costa
Nanci Soares

RESUMO: O artigo tem como objetivo analisar a estigmatização do processo de envelhecimento e velhice no tecido da sociedade capitalista contemporânea e a intergeracionalidade. É um estudo bibliográfico, fundamentado no método materialista histórico-dialético. As considerações evidenciam a importância da valorização das pessoas idosas no contexto da construção da intergeracionalidade na busca por uma sociedade mais justa e igualitária entre as gerações.

Palavras-chave: Idoso; Envelhecimento; Velhice; Intergeracionalidade.

ABSTRACT: *The aim of this Article is to analyze the stigmatisation of the process of aging and old age in the fabric of society contemporary capitalist and intergenerationality. IS a bibliographical study, based on materialist method historical-dialectical. These considerations highlight the importance of the elderly in the context of the construction of intergenerationality in search for a more just, more egalitarian society between the generations.*

Keywords: *Aging; Aging; Intergenerationality.*

Introdução

Primeiramente, consideramos como um desafio discorrer sobre a intergeracionalidade, pois é uma temática recente, e que é rodeada de questionamentos, e as reflexões científicas críticas ainda são escassas, apesar de ser uma temática que tende a ser alvo de debates futuros. Ressaltamos que a convivência entre gerações foi fato recorrente na história da humanidade; todavia, delimitar e estabelecer modos de ser, e de se comportar em razão da idade, fragmenta a vida humana em etapas — sendo que, na contemporaneidade, elas vêm carregadas de preconceitos.

Outro fato novo que vivenciamos na contemporaneidade é o processo de envelhecimento populacional, embora seja importante considerar que esse processo acontece de forma diferenciada em razão da particularidade de cada contexto social. Essa mudança do perfil demográfico nos países desenvolvidos se deu gradualmente acompanhando as conquistas da classe trabalhadora, já o processo de envelhecimento populacional vem ocorrendo de forma acelerada nos países em desenvolvimento e a situação da velhice de frações da classe trabalhadora nessas nações traz as múltiplas expressões do antagonismo entre capital e trabalho, intrínseco ao modo de produção capitalista. Aludimos que o processo de envelhecimento populacional ainda não é fato consolidado em todos os países do mundo; basta nos remetermos a alguns países africanos cuja expectativa de vida não chega a atingir 45 anos de idade.

Mas, também, um dos desafios que surge com a conquista da longevidade humana é a intergeracionalidade, principalmente em um contexto de desvalorização das potencialidades humanas como nos dias atuais. Ainda mais se considerarmos que esse distanciamento entre as gerações é causado por preconceitos gerados sob o seio das ideologias da sociabilidade capitalista, as quais introjetam nos sujeitos sociais, por meio dos complexos sociais, preconceitos que passam a desvalorizar socialmente a velhice; ora, assim a construção de um diálogo entre as gerações passa a ser um desafio cotidiano, tanto para os profissionais que trabalham com o segmento idoso, quanto para a sociedade.

Nesse sentido, as reflexões deste manuscrito abordam a análise do processo de envelhecimento e velhice na contemporaneidade sob o tecido da sociabilidade capitalista.

Pretende-se, dessa forma, compreender a intergeracionalidade enquanto um processo de construção cultural, mas também como um instrumento de valorização das pessoas idosas, buscando tecer breves considerações acerca da riqueza do desenvolvimento e da construção da intergeracionalidade no âmbito do trabalho profissional do Serviço Social.

Processo de envelhecimento e velhice em tempos de fetichização e reificação

*Velhos marinheiros do mar da Bahia
O mundo é o mar
Maré de lembranças
Lembranças de tantas voltas que o mundo dá...
(Maria Bethania - Memórias do Mar).*

Pensar em intergeracionalidade nos remete a uma reflexão sobre a sociedade estruturada no modo de produção capitalista, na organização social, em seus costumes, nos hábitos e em valores, os quais são baseados a partir da estruturação das relações de produção e reprodução social.

Como vivemos, o que queremos, quais são nossos valores, quem são nossos velhos, o que é a velhice? São questionamentos fundamentais para analisarmos as relações intergeracionais e seus desafios em um mundo onde cada vez mais se valoriza o que não tem importância e se despreza o que realmente vale a pena.

Durante esta reflexão, optou-se pela palavra velho, desconsiderando-se o sentido pejorativo dado a ela, por esta sociedade, e pela ideologia dominante.

A linha de raciocínio aqui proposta corrobora a linha de estudo de duas autoras-referências na análise crítica do processo de envelhecimento: Paiva (2014), e Teixeira (2008), ambas se posicionando a favor da leitura de um processo de envelhecimento, “[...] reproduzido nos limites das condições concretas no espaço e no compasso do tempo do capital [...]” (Paiva, 2014, p. 30).

[...] o envelhecimento constitui um problema social, principalmente, para as classes destituídas de propriedade (exceto de sua força de trabalho) e de controle do seu tempo de vida, em função das contradições e determinações da sociedade capitalista que engendram desigualdades, vulnerabilidade social em massa, degradações, desvalorizações e pseudovalorizações, para esta classe social, especialmente um avanço da idade cronológica, com o desgaste da força de trabalho (Teixeira, 2008, p. 23).

Para Beauvoir (1990, p. 17), “[...] a luta de classes determina como o homem é surpreendido na velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive com uma pensão miserável e um Onássis”.

As relações sociais ditadas pelo modo de produção capitalista em sua fase atual, a globalização ou mundialização financeira, mostram-se como condicionantes do processo de envelhecimento humano, diferenciando-se de acordo com a desigualdade imposta entre indivíduos e populações.

O conceito mundialização financeira é trabalhado por Iamamoto (2008), que afirma que tal dinâmica provoca a generalização das relações mercantis em todas as instâncias e dimensões da vida social, afetando a divisão do trabalho e toda a estruturação social, alterando a conformação da sociabilidade e da cultura, reconfigurando o Estado e a Sociedade Civil, redimensionando as lutas sociais. Paiva (2014) reafirma sua posição trazendo as seguintes considerações:

Neste sentido, na sociedade moderna, a velhice é desvelada como um processo não meramente natural, não essencialmente casual, na medida em que está condicionada pelas relações sociais, isto é, pela estrutura de classes, que se sobrepõe aos fatores biológicos e cronológicos do envelhecimento humano (p. 35).

Assim, a velhice na sociedade capitalista, em que as pessoas necessitam de vender a sua força de trabalho para sobreviver, subordinando as suas necessidades e qualidades ao caráter “prioritário” ditado por um sistema que não se importa com o desenvolvimento humano.

Ademais, determinar uma vida regida pelo relógio e pela produção, estabelecendo metas, comportamentos e valores que privilegiam o modo de produção e a localização que se ocupa na divisão de classes.

O capital, através do controle que exerce sobre a sociabilidade humana, controle dos meios de produção, espacial e temporal, define os tempos vividos pelo trabalhador, tempo livre, tempo de trabalho, e tempo de envelhecer (Teixeira, 2008). Dessa forma, o tempo de vida do trabalhador é controlado pelas relações de produção e reprodução do sistema capitalista; e toda a expropriação, e desvalorização da classe que vive do trabalho, se acentua negativamente na velhice.

Dessa maneira, a lógica expansionista do capital determina tanto formas de desvalorização social dos trabalhadores envelhecidos quanto a pseudovalorização de uma parcela deles, em que o acesso a uma renda, mesmo que mínima de aposentados e pensionistas, ascende-os à condição de consumidores manipulados por mercadoria, bens e serviços, recolocando-os no sistema capitalista, não mais como vendedores de sua força de trabalho (pois não mais a possuem), mas como consumidores.

Trata-se de uma visão do envelhecimento que supervaloriza a velhice, vendendo-a como tempo-livre, lazer e realização pessoal; essa abordagem é amplamente difundida por programas e por políticas públicas, pela iniciativa privada e apropriada pelos próprios sujeitos, em associações, clubes, centros de convivência etc.. Essas imagens da velhice bem-sucedida, saudável e ativa, para as quais Teixeira (2008, p. 82) indica que:

[...] camuflam o envelhecimento do trabalhador e a sua velhice doentia, dependente pobre e desprotegida, negando ‘a problemática social’ do envelhecimento, tratando como de responsabilidade dos indivíduos, um problema que é social por meio da difusão de uma cultura autopreservacionista que pretensamente seria capaz de evitar os efeitos do envelhecimento.

Na modernidade, tempo é dinheiro; o tempo de vida do trabalhador coincide com o tempo de seu processo produtivo; assim, a relação entre homens passa a ter uma forma fantasmagórica de uma relação entre coisas, denominado por Marx (2008, p. 94) como *fetichismo*, quando se fragmenta a vida humana em fases que serão coisificadas.

A ideologia impregnada em nossa cultura apresenta um caráter de seleção, preconceito e discriminação, tidos no senso comum como normais. Dessa forma, o envelhecimento não é visto em sua totalidade, como parte de um processo multidimensional da vida humana.

Ocorre, pois, que, ao invés de homens e mulheres velhos serem vistos como experientes, vividos, sábios devido a sua longa vida, são atrelados a um sistema de valores que elege a juventude como uma fase ideal, supervalorizada, que deve ser alcançada de qualquer maneira.

Como colocada anteriormente, a fragmentação do curso de vida humana é uma característica da sociedade moderna, beneficiando, assim, a racionalidade capitalista, classificando os indivíduos entre crianças, jovens, adultos e velhos, considerando de forma menos relevante outros aspectos, como classes sociais, etnias, gênero, culturas entre outros.

Segundo Kurz (1999, como citado por Teixeira, 2008, p. 71), em sua análise comparando a Antiguidade, a Idade Média a tempos atuais, ele considera que, nos dois primeiros, mesmo se tratando de níveis técnicos diferentes, o tempo investido no trabalho era bem menor que no capitalismo, posto que havia outros fatores preponderantes como a religião e a espiritualidade; naquele tempo, não se separavam tempo de trabalho e tempo livre, não existindo conflito nem separação rígida entre trabalho e vida própria.

Na sociedade capitalista, o valor do tempo passa a ser medido pelo dinheiro, condenando os trabalhadores à degradação durante toda a trajetória de sua vida, submetendo e convertendo seu tempo de vida em tempo de trabalho.

A partir do fator cronológico, o indivíduo é enquadrado no aparato legal, encaminhado e atendido por instituições específicas. Tal lógica direciona as políticas sociais, determinando o tipo de acesso que cada indivíduo deve ter. Paiva (2014) indica que “também definirá, pelo menos em texto, o tempo de estudar, de trabalhar e o de se aposentar, ditando regras que antes pertenciam ao domínio privado, familiar” (p. 143).

Na organização social brasileira, a fragmentação cronológica privilegia a juventude, considerando sua capacidade funcional ao sistema, menosprezando e desvalorizando a velhice, negando-a.

Para Haddad (2001), no discurso entoado pelos formuladores de políticas públicas de reinserção do idoso à sociedade, a afirmação é a de que este se encontra fora dessa mesma sociedade, à margem, uma vez que está fora do mercado de trabalho e não produz. “Como um marginal no sistema, o velho desfruta de um tempo de não-trabalho. Reinsere o velho na sociedade significa a reinserção através do trabalho, da atividade que revele o velho como útil.”

Ao analisar os 10 anos do Estatuto do Idoso, Camarano (2013) afirma que, nas últimas décadas, houve avanços significativos nas políticas sociais destinadas aos idosos, mas ao mesmo tempo algumas fraturas foram identificadas, como a segregação do segmento idoso, com leis muito específicas que, de certa forma, ampliaram o confronto de gerações, ou seja, ao fragmentar as dimensões da vida humana, opõem-se às gerações, supervalorizando a juventude e desprezando a velhice.

Para Kohli e Meyer (1986, citados por Debert, 1999, p. 50), há um processo de individualização que é próprio da modernidade, em que a “cronologização da vida” institucionaliza o curso da vida humana, envolvendo praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho, estando presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo, e nas políticas públicas que, cada vez mais, têm como alvo grupos etários específicos.

Assim, segundo os autores, uma organização social em que a idade cronológica era irrelevante, acabou sendo suplantada por outra, cuja idade é fundamental para a organização social. Explicitando as possíveis razões, atribuem-se às mudanças estruturais da economia, na transição da economia doméstica para economia de mercado e, inversamente, enfatiza-se o Estado Moderno que, por excelência, seria a instituição que orienta o curso de vida, “[...] regulamentando todas as suas etapas, desde o momento do nascimento até a morte, passando pelo sistema complexo de etapas de escolarização, entrada no mercado de trabalho e aposentadoria” (Kohli, & Meyer, 1986, citados por Debert, 1999, p. 51).

Debert (1999), em sua análise, cita Giddens (1992), uma vez que este, em seu estudo *Modernity and Self Identity*, afirma que, na modernidade, a própria ideia do ciclo de vida perde sentido, considerando que a vida pessoal e troca entre gerações se quebram. Nas sociedades pré-modernas, a tradição e a continuidade estavam estreitamente vinculadas com as gerações; havia rituais que marcavam estas trocas.

Na modernidade, as fases de transição de uma etapa a outra tendem a ser interpretadas pelo indivíduo como uma crise de identidade, não havendo uma linearidade no curso de vida, mas sendo este demarcado por constantes crises.

Podemos neste momento parafrasear Carlos Drummond de Andrade (1982), quando este afirma: “Este é tempo de divisas, tempo de gente cortada” (p.166), gente que não consegue se ver em sua humanidade, assim a fragmentação é patente”.

Intergeneracionalização: permanente construção cultural

A intergeracionalidade mostra-se como um conceito guarda-chuva, pois é permeada por determinantes sociais, raça, gênero, etnia, classe, biológica e cultural. Mostra-se necessário salientar que a própria sociedade é organizada por uma gama de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que influem, de certa forma, no contato geracional.

Além dos determinantes citados, Ferrigno (2006) cita que a geração é historicamente construída, “A construção social das gerações se concretiza através do estabelecimento de valores morais e expectativas de conduta para cada uma delas, em diferentes etapas da história.” (p. 67).

Os positivistas, segundo Weller (2010), esboçavam uma lei geral para determinar o fim e início de uma geração a partir da associação das limitações biológicas e da lentidão do progresso da humanidade, enquanto a abordagem histórico-romântica alemã priorizava a não linearidade do fluxo temporal da história, apreendendo a geração em um tempo subjetivo e não mensurável. Assim, a investida no conceito de geração é construída, com base em valores históricos e culturais.

As sucessões de etapas do desenvolvimento biológico do ser humano - infância, adolescência, adulta e velhice – não são apenas singularidades orgânicas, mas, acima de tudo, são reproduções culturais (Ferrigno, 2006).

Ferrigno (2006) refere que a marcação simbólica do ciclo vital aflorou a partir do século XVIII com a invenção social da infância após a elaboração de um estatuto para essa faixa etária. A invenção da adolescência se deu no final do século XIX e, em meados do século XX, a invenção da velhice.

Entende-se, assim, que as gerações são historicamente construídas, desconstruídas e reconstruídas, de modo que as relações entre elas sejam constantemente refeitas, isto é, a maneira como as relações geracionais são estabelecidas determinam novos comportamentos intergeracionais.

Esse movimento dialético de reconstrução permanente ocorre no cotidiano das relações intergeracionais, mas o que se presencia, atualmente, é o distanciamento; as gerações vivem segmentadas em espaços restritos. Ambientes exclusivos para uma parcela geracional é cada vez mais comum, pois neles esperam-se determinados comportamentos e atitudes, o que acaba por ser considerado natural e, até mesmo, pedagógico, moral e adequado. Tal situação tornou-se um hábito: pessoas idosas de um lado, crianças de outro, e jovens acolá (Neres, & Bonfim, 2013).

Segundo Ferrigno (2006), há uma variedade de estilo e filosofia de vida entre as gerações; no entanto, elas parecem estar motivadas a formarem grupos de amizades constituídos por sujeitos da mesma idade ou de idade próxima; crianças e jovens estabelecem pares no espaço escolar; e os adultos estabelecem relação com outros adultos no âmbito do trabalho. O contato da pessoa idosa, por sua vez, tende a diminuir, pois com a saída do mercado de trabalho há um progressivo afastamento do círculo de amizade e de papéis sociais.

A aposentadoria, a viuvez, o decrescente vínculo de amizades e a saída dos filhos de casa são aspectos que impõem aos longevos uma vivaz diminuição de funções. No entanto, muitas pessoas idosas têm reagido a essa realidade e vêm participando de instituições reservadas à convivência em grupos de idosos; ainda que essa integração seja benéfica, esses espaços acabam por distanciar a integração dessa categoria da população com as demais, quando não se trabalha o contato entre as gerações.

Caminhando pela intergeracionalidade, Ferrigno (2006) afirma que a pessoa idosa tem muito a ensinar às outras gerações. Assim, o autor aponta que os mais velhos repassam a memória cultural, valores éticos fundamentais, além de uma educação para o envelhecimento. Ao compartilhar sua história de vida e a história da comunidade, a pessoa idosa permite que os jovens conheçam suas raízes e a trajetória histórica cultural da comunidade a que pertencem, ou seja, é com o contato intergeracional e no aquinhoar das experiências de vida que as gerações conhecem o passado, apreendem o presente e projetam o futuro (Bosi, 1994; 2003).

O contato entre gerações é uma troca de sabedoria; a pessoa idosa tanto compartilha quanto adquire conhecimento, isto é, a relação intergeracional é um movimento de sabedoria, uma arte de partilhar. Desse modo, como os longevos, os jovens também são protagonistas no partilhar de suas experiências; de acordo com Ferrigno (2006), estes últimos repassam a educação tecnológica para o manuseio de aparelhos eletrônicos e da linguagem digital, bem como a destreza e habilidades necessárias ao manuseio dos dispositivos do mundo atual.

Portanto, independentemente do grau de intensidade, a relação intergeracional tende a se caracterizar pelo aprendizado mútuo que se estende no benéfico do conhecimento, da compreensão e, acima de tudo, do afeto recíproco. Dessa maneira, sucede uma ideia positiva e realista sobre as gerações, opondo a visão de segregação da classificação das faixas de idade, o que acaba por empobrecer as relações sociais e leva a constituir o preconceito etário.

A potencialidade da intergeracionalidade como instrumento de valorização das experiências das pessoas idosas

Em algumas sociedades, segundo Debert (1999), a continuidade das tradições estava estreitamente relacionada às gerações, pois nelas o ciclo da vida era renovado e os costumes eram redescobertos e revividos. Nesse contexto, a pessoa idosa possuía um papel singular em comparação aos homens de outras idades.

O curso da vida transforma-se em um espaço de experiências abertas e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra. Cada fase de transição tende a ser interpretada pelo indivíduo, como uma crise de identidade e o curso da vida é construído em termos da necessidade antecipada [...] (Debert, 1999, p. 53).

De acordo com Debert (1999), a efetividade das gerações ultrapassa as relações familiares e atinge a esfera política. No entanto, a sociedade capitalista veda a lembrança e o compartilhar das gerações, usa a força servil do velho e denega seus conselhos.

Bosi (1994) descreve que “[...] não merece o nome de cidade, mas o de servidão, solidão e barbárie.” (p. 18). Essa mesma sociedade, segundo a autora, desarma a pessoa idosa de modo a oprimi-la, além de destruir memórias e substituir lembranças pela história oficial celebrativa.

Debert (1999) cita que, nos países onde as raízes culturais são fracas, não se vê valor em resgatar o passado, esquecendo-se de que a pessoa idosa pode ser a fonte de reconstrução do novo. Pelas lembranças das pessoas idosas que a história social se cristaliza, pois esses sujeitos vivenciaram momentos únicos:

[...] atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referências, familiar e cultural, igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições do presente que lhe solicita muito mais intensidade do que a uma pessoa idosa (Bosi, 1994, p. 60).

Momentos esquecidos ou até mesmo perdidos podem ser compreendidos por quem não os viveu por meio das pessoas idosas (Bosi, 1994). A dimensão de acumulação de experiência de momentos vividos faz da pessoa idosa educadora das novas gerações, a fim de que se alcance a plenitude do conhecimento (Bosi, 1994).

E estar vinculado em outra época e ter suportado e compreendido muita coisa traz à pessoa idosa o júbilo de mostrar e demonstrar sua competência e, se ela encontrar ouvidos atentos, sua vida acaba por ganhar uma finalidade (Bosi, 1994). A memória dos velhos pode ser um mediador entre as gerações e as testemunhas do passado. A esse respeito, Kessel (2004, p. 55) complementa: “A memória se alimenta da possibilidade de ser compartilhada. Ela se fortalece quando cultivada em grupo”.

Isso significa, segundo Bosi (1994), que: “Aquilo que se viu e se conheceu bem, aquilo que custou anos de aprendizado e que, afinal, sustentou uma existência, passa (ou deveria passar) a outra geração com um valor. As ideias de memória e conselho são afins [...]” (p. 481).

Ainda segundo Bosi (1994), um dos papéis sociais historicamente designados às pessoas idosas foi o lembrar e o aconselhar, o unir o início e o fim, enlaçando o que foi e o que virá, como um processo contínuo rejuvenescedor e revivente.

Entretanto, de acordo com a autora, os conselhos, as trocas de experiências e uma simples conversa são vistos como aborrecimento pelas pessoas de outras gerações. Dessa forma, vive-se na época da informação, mas a busca por sabedoria perdeu sua força e foi substituída pela opinião.

Crook e Adderly (2001) enfatizam que o conhecimento das pessoas idosas beneficiam adultos, jovens e crianças, especialmente no que se refere à experiência do seu próprio passado. Sendo assim, os autores afirmam que as pessoas idosas ajudam a evitar a chamada “amnésia cultural”, já que “[...] foram os mais velhos que mantiveram a sabedoria popular, as aventuras históricas e os eventos significativos de sua comunidade ou cultura vivos, em benefício das gerações seguintes” (Crook, & Adderly, 2001, p. 29), sendo que Azevedo (2007, p. 12), por sua vez, traz que:

[...] o passado experimentado por cada um possa existir como uma referência para o presente e para o futuro. As marcas e o registro do tempo nas pessoas e lugares, se desvelados, podem nos levar a recuperar o papel e o lugar da história para compreensão do próprio tempo, das relações sociais e dos direitos e deveres dos cidadãos.

Graças à memória das pessoas idosas que fragmentos da história podem se reproduzir de geração em geração, de modo a cruzarem muitos outros fios, e prolongar o ocorrido original. A conversa com uma pessoa idosa é sempre uma experiência profunda, marcada por nostalgia, revolta, resignação, ou seja, ela é semelhante a uma obra de arte: ninguém pode expressar de forma tão íntima acontecimentos e vivências se não ela própria (Bosi, 1994).

Debert (1999) sobreavisa que a integração entre as pessoas idosas e os jovens deve ser estimulada, uma vez que a juventude tem, nos velhos, a fonte única de reinterpretação da sua história e cultura, ameaçada de extinção neste contexto que desvaloriza a memória. Sendo assim, Gusmão (2003) descreve que as atitudes das crianças e jovens em relação à pessoa idosa são fortemente influenciadas pelas experiências pessoais na interação com os velhos, nas informações e no aprendizado que recebem, de maneira formal e informal, sobre a velhice, nas crenças e valores familiares e culturais do local onde vivem.

A transferência de experiências entre pais e filhos tem início no seio familiar, assim a valorização da memória entre gerações também deve ter início nesse grupo.

O aumento da expectativa de vida interferiu positivamente nessa questão: são filhos, netos, avós e bisavós que convivem, na maioria das vezes, muito próximos ou até mesmo na mesma casa. Dessa forma, as relações estabelecidas proporcionam trocas diárias entre memória e tradições (Costa, 2007).

As relações entre as gerações constituem, de acordo com Alves (2007), o mecanismo básico de transmissão de saberes, costumes e práticas entre sujeitos. Esse acervo constitui a base das sociedades. Nesse contexto, percebe-se que a convivência entre gerações proporciona um aprendizado mútuo. Esse contato sem fronteiras, segundo Gusmão (2003), é entremeado de paciência e afeto, de modo a causar trocas ricas e verdadeiras, banindo qualquer tipo de discriminação que pode vir afetar essa relação:

Na vivência diária [...] juntos, eles definem novos valores ou alterem os já existentes, possibilitando assim um revigoramento da cultura. Um dos aspectos fundamentais para a preservação e a compreensão da cultura é a conduta social manifestada por meio de ritos, tradições, crenças, simbolismos, linguagens e costumes (Gusmão, 2003, p. 53).

A convivência beneficia ambas as partes, tanto as crianças e os jovens, quanto a pessoa idosa, visto que permite a troca de experiências, o estabelecimento de vínculos afetivos, o reconhecimento das peculiaridades e possibilidades do outro como sujeito, além de possibilitar a quebra de estereótipos. O contato intergeracional, ocasionado pela memória oral é o caminho de mão dupla na prática educativa e cultural (Gusmão, 2003). E para Debert (1999), “Cada momento vivido é uma nova experiência e em qualquer idade há muito o que aprender” (p. 132).

Mead (2002, p. 35, citado por Alves, 2007, p. 133) afirma que:

As relações intergeracionais corresponderiam a três modelos (ou culturas): pós-figurativo, co-figurativo e pré-figurativo. A cultura pós-figurativa é aquela em que “as crianças aprendem primordialmente com os mais velhos; a co-figurativa é aquela em que tanto os adultos quanto as crianças aprendem com seus pares, e a pré-figurativa aquela em que os adultos também aprendem com os mais jovens”.

Percebe-se, assim, que a mudança e a variação individual não estão fechadas; a transformação acontece de maneira quase imperceptível e é incorporada na repetição da vida social; dessa maneira, o aprendizado das relações intergeracionais é mútuo e todos os sujeitos são responsáveis por essa permuta.

Por meio da sociabilidade entre as gerações, Diehl (2002) afirma que é possível nascer ou renascer a tradição, na qual o coletivo e o individual se fundem originando o nível anímico comum, capaz de transmitir às futuras gerações quanto que a vivência isolada produz um homem sem história, ou seja, um homem sem memória. Para Kessel (2004, p. 57), “O compartilhar dessas experiências propicia aos jovens integrar o narrado à sua própria memória.”

Deve-se ressaltar que a questão primordial na relação entre as gerações é o respeito pelas características do outro. Desse modo, Kaufman (1982, p. 72, citado por Oliveira, 1999, pp. 164-165) destaca que:

É importante que os velhos compreendam os jovens, aceitem suas novidades e até provocações, que no fundo são esforços de autoafirmação. Os velhos também têm de ser respeitados, que não lhes retirem as atividades sob o pretexto de protegê-los, que não ironizem quando desejam construir sua vida.

Segundo Kessel (2004), a abertura para o compartilhar da memória entre as gerações faz emergir muitas histórias e experiências vividas pela pessoa idosa, pela criança e pelos jovens; assim é inadmissível que conteúdos tão ricos sejam perdidos.

É preciso estimulá-los e recuperá-los, seja pelo prazer da recordação, ou pela possibilidade de torná-los ponto de partida para novas ações.

Precisa-se aguçar a vontade política e social para acatar e abraçar a causa da valorização da memória das pessoas idosas, como patrimônio de uma nação, de todos que fizeram parte do passado, que fazem parte do presente e que integrarão o futuro (Oliveira, 1999). E,

O encontro da felicidade no passado deve-se à dimensão acolhedora das relações sociais que fica ofuscada pelo caráter coercitivo dessas mesmas relações quando elas são vividas. Pela memória, essas relações podem ser revividas no que tiveram de acolhimento, de amizade, de afetuoso cuidado. Não tivéssemos vivido essas relações não teríamos, na memória presente, um passado acolhedor ao qual retornar (Mancuso, 2000, p. 5).

A memória das pessoas idosas precisa ser reconhecida socialmente por meio de políticas públicas eficazes, capazes de resgatar, valorizar e conservar essa memória; o transmitir do seu conhecimento acumulado às novas gerações precisa ser pensado, pois, se isso não ocorrer, segundo Bosi (2003, p. 34), “[...] temos que procurar sozinhos o conselho esquecido, caminhando entre destroços em um chão atulhado pelos tempos mortos que nos são impostos”.

A ausência de modelos fortes de interação entre os pares para a construção dos códigos comuns, renovados a cada momento, resultaria no fim da troca intergeracional. Para tanto, a autora alerta que “[...] precisamos nos convencer de que nenhuma outra geração experimentará o que nós experimentamos.” (Mead, 2002, p. 109, citado por Alves, 2007, p. 137).

Desse modo, Oliveira (1999) afirma que se deve pensar na criação de processos educativos na valorização da memória experiência e cultural das pessoas que envelhecem, e não apenas na supervalorização do capital por si só, como vem ocorrendo. Portanto, o futuro depende de todos os grupos humanos: os jovens aprendem; os adultos produzem e agregam às realizações dos que hoje são pessoas idosas; e estas últimas permanecem no processo, apoiando e contribuindo com seu conhecimento e sua experiência de vida no desenvolvimento de todas as gerações (Salgado, 1988).

O trabalho profissional do assistente social diante dos desafios da construção da intergeracionalidade

Nesses tempos de gente “cortada”, de vida humana fragmentada, vários são os desafios para se buscar a emancipação humana, a revelação do homem em sua totalidade, o homem muito além da mercadoria.

Segundo Iamamoto (2003), ao Serviço Social se apresentam inúmeros desafios, mas o maior deles é a capacidade de decifrar a realidade e propor alternativas criativas de enfrentamento da mesma, alternativas capazes de preservar e efetivar direitos, na busca pela emancipação humana.

Para tanto, é necessário ser um profissional propositivo, romper com as atividades burocráticas e rotineiras, buscando a apreensão do movimento da realidade, detectando possibilidades passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

A intergeracionalidade se apresenta como um grande desafio ao profissional de Serviço Social, considerando a dinâmica da realidade e suas relações de produção e reprodução social como abordado anteriormente.

Analisando e vivenciando uma vida ditada e suplantada pelo relógio, produtivismo, mercantilização dos direitos sociais, lucro e consumismo em tempos em que as relações sociais encontram resistência ao humano, mostra-se como um grande desafio possuir atitudes emancipatórias que propiciem uma sociedade mais justa, mais humana, aproximando as pessoas, derrubando as barreiras alienantes e restritivas para uma vida plena.

O convívio e o necessário respeito e aprendizado, que uma relação intergeracional pode proporcionar, se apresentam enquanto possibilidades emancipatórias do humano, mas a tarefa de apreendê-las é árdua, bem como de transformá-las em ações. Há uma quebra, uma fragmentação entre as várias fases da vida; é comum não haver identificação com o outro; a presença de resistência é latente, em especial em uma sociedade que atribui à juventude uma supremacia sobre as outras fases da vida. Nesse sentido, o que o velho pode oferecer?

Para Gusmão (2003), a realidade contemporânea mostra-se dinâmica, com aproximações e afastamentos, conflitos e resistências; os indivíduos sejam eles crianças, jovens, adultos ou velhos, veem-se em meio a essa realidade enquanto sujeitos iguais ou diversos, em relações entre o eu e o outro, “cuja existência e realidade desafiam a compreensão estabelecida de mundo, com seus valores, suas crenças e sua ordem dominante”.

Em seu estudo sobre a relação entre infância e velhice, Gusmão (2003) indica que tanto as crianças quanto os velhos são alvos de procedimentos educativos que visam à homogeneização do diverso, pois ambos, de certa forma, não estão inteiramente subsumidos aos ditames da ordem social objetiva, podendo em algum momento escapar da opressão causada pelo capital. “Não é sem razão que, nos tempos de hoje, similar ao que aconteceu e acontece com a criança, a chamada ‘terceira idade’ constitui uma nova etapa educativa no interior das sociedades modernas” (Giddens, 1995, citado por Gusmão, 2003, p. 25). Assim, a criança e o velho são destituídos de sua autonomia e independência, para determinar-se socialmente.

Segundo Gusmão (2003, p. 27), “Com isso, descobre-se que os problemas desse outro – criança ou velho – estão em nós e na imagem que construímos de nós mesmos como padrão do que é ser, de modo pleno e completo”.

A autora afirma que crianças e velhos são um patrimônio cultural e social extremamente rico e evidenciam a estratificação e a permanente classificação de coisas e de pessoas, determinadas pela sociedade moderna. Ressalta também que o adulto produtivo é considerado por seus atributos um ser superior, modelo a ser seguido e respeitado:

[...] igualar-se aos deuses imortais, é esse o desejo das culturas como a nossa, que banalizam ou tentam fechar os olhos à fatalidade da morte, que acumulam riquezas comercializando acintosamente o mito da eterna juventude, fazendo crer na capacidade humana de tudo reparar, de tudo controlar, de eliminação total do acaso. É difícil em nosso mundo aceitar os limites do ser humano de ser apenas humano (Perroti, 1990, p. 42, citado por Gusmão, 2003, p. 27).

A partir desse contexto, a modernidade em nome do capital, da supremacia do lucro sobre o homem, sucateia vidas humanas, expondo crianças e velhos a viverem antecipadamente suas próprias vidas, criança que se faz adulta antes da hora, e adulto que envelhece precocemente. Segundo Gusmão (2003, p. 27), trata-se de uma violência da sociedade “[...] ao estipular limites de um e de outro por meio de hierarquia etária, convencional e ideologicamente produzida, que não vê o verdadeiro sentido de se ter uma idade, mais do que pertencer a uma idade”.

Resgatar, portanto, a infância e a velhice fora dos modelos impostos pela modernidade, é impulsionar os sujeitos velhos e crianças a se identificarem enquanto sujeitos históricos e de transformação, justamente por serem capazes de vivenciar uma outra condição de ser, além da convencional, moldada nos moldes da modernidade.

Os desafios impostos ao Serviço Social diante da intergeracionalidade se mostram íngremes e difíceis, pois para que a prática seja realmente práxis, transformação da realidade, é necessário abarcar em sua prática os fundamentos e as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas, e técnico-operativas da profissão (Paiva, 2014).

Considerações Finais

As reflexões realizadas nesse ensaio teórico objetivaram pontuar alguns fatores que incitam a análise crítica da intergeracionalidade no tempo e espaço da sociabilidade capitalista. Assim, ao relatarmos a forma como a sociedade moderna se organiza, como se dão as relações de produção e reprodução dentro do capitalismo, como o homem tem se desumanizado, coisificando-se e, dentro desse complexo, como a velhice é vista, permitiu-nos inferir que a própria configuração da sociabilidade capitalista coisificou o velho e o tornou objeto de troca, descartou sua história, suas experiências, e de ancião dotado de sabedoria, passou a ser identificado como sinônimo de improdutividade e retrocesso. Esse fato contribuiu para a destruição da memória, fragmentando as lembranças do indivíduo e sua relação com sociedade.

Optamos por uma análise na linha crítica, buscando indicar a supremacia do capital sobre o homem e, como nesse processo, há um distanciamento e uma não identificação entre as gerações.

Apesar desse contexto adverso à humanização do velho e à construção da cultura da intergeracionalidade, acreditamos que, ao suscitar processos que desenvolvam a valorização dos velhos, tais como a partir da arte de contar histórias aos mais jovens, podemos incitar processos de entrelaçamento da dimensão histórica às vivências pessoais, identificando e valorizando as potencialidades de cada etapa da vida humana, sendo que iniciativas críticas e propositivas podem ser consolidar como passos emancipatórios que causam rupturas da lógica do capital.

Ficam, assim, patentes os grandes desafios a serem enfrentados pelo Serviço Social dentro dessa realidade, em que o próprio sistema forja as relações sociais de forma fragmentada e alienada. Apesar da preocupação com a necessidade de se estabelecerem relações intergeracionais, as barreiras colocadas pelo preconceito e estereótipos próprios de nossa cultura exigem uma postura profissional, extremamente propositiva, contemplando todo o arcabouço teórico-metodológico e ético-político da profissão.

“A velhice tem muitas coisas boas. Nela eu conheci a liberdade como nunca havia experimentado. O que é liberdade? Liberdade é coragem de ser o que somos.” (Alves, 2001, p. 80).

Referências

- Alves, R. (2001). *As cores do crepúsculo: a estética do envelhecer*. Campinas, SP: Papirus.
- Alves, A. M. (2007). Os idosos, as redes de relações sociais e as relações familiares. In: Neri, A.L. (Org.). *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Andrade, C. D. (1982). *Nosso tempo. Poesia e Prosa*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Aguilar.
- Azevedo, R. (2007). Idosos: sujeitos de seu tempo. In: Neri, A. L. (Org.). *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*, 11-12. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Beauvoir, S. (1990). *A velhice*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. (2ª ed.) São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo, SP: Ateliê.
- Camarano, A. A. (2013). Estatuto do idoso: avanço com contradições. Texto para discussão. *Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas*, 01-32. Recuperado em 12 de julho, 2016, de: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1840.pdf.
- Costa, R. C. da. (2007). *A terceira idade hoje sob a ótica do serviço social*. Canoas, RS: Universidade Luterana do Brasil.
- Crook, T. H., & Adderly, B. D. (2001). *Memória: como deter e reverter sua perda ocasionada pela idade*. Trad.: Marina Appenzeller. São Paulo, SP: Nobel.
- Debert, G. G. (1999). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo, SP: Edusp.
- Diehl, A. A. (2002). *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC.
- Ferrigno, J. C. (2006). A co-educação entre gerações. São Paulo, SP: *Rev. Bras. Educ. Fís. Esp.*, 20(5), 67-69. Recuperado em 12 de julho, 2016, de: http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/19_Anais_p67.pdf.
- Gusmão, N. M. (2003). (Org.). *Infância e velhice: pesquisa de ideias*. Campinas, SP: Alínea.
- Haddad, E. G. de M. (2001). *O direito à velhice: os aposentados e a previdência social*. (2ª ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Iamamoto, M. V. (2003). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. (6ª ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Iamamoto, M. V. (2008). *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. (3ª ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Kessel, Z. (2004). Lembrar, contar, compartilhar: a memória como caminho para o diálogo intergeracional. São Paulo, SP: *A Terceira Idade*, 15(30), 52-63.

- Marx, K. (2008). *O capital: crítica da economia política*. (26ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Mancuso, M. I. R. (2000). A cidade na memória de seus velhos. *São Paulo, SP: A Terceira Idade*, 11(20), 5-10. Recuperado em 01 outubro, 2015, de: https://www.sescsp.org.br/files/edicao_revista/f5ac2cfa-d4d3-40a8-98dc-c5879f76c373.pdf.
- Neres, E. A., & Bomfim, M. do C. A. (2013). *A construção de diálogos intergeracionais entre jovens, adultos e idosos, no parque Eliane em Teresina, PI*. Recuperado em 12 de julho, 2016, de: http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_36_462b4d7e975ae2916e309d1257f363f2.pdf.
- Oliveira, R. de C. da S. (1999). *Terceira Idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis*. São Paulo, SP: Paulinas.
- Paiva, S. O. C. (2014). *Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital*. (1ª ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Salgado, M. A. (1988). Envelhecimento: um desafio para a sociedade. *São Paulo, SP: A Terceira Idade*, 1(1), 04-13.
- Teixeira, S. M. (2008). *Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez.
- Weller, W. (2010). A atualidade do conceito de geração de Mennheim. *Rev. Sociedade e Estado*, 25(2), 205-224. Recuperado em 01outubro, 2015, de: <http://www.scielo.br/pdf/se/v25n2/04.pdf>.

Recebido em 14/09/2015

Aceito em 30/12/2015

Cristiane de Fátima Poltronieri - Doutoranda em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Mestre e Bacharel em Serviço Social, mesma universidade.

E-mail: cris.poltronieri@hotmail.com

Denise Gisele Silva Costa - Doutoranda em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Mestre e Bacharel em Serviço Social pela mesma universidade.

E-mail: denisermjc@gmail.com

Joice Sousa Costa - Doutoranda em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Mestre e Bacharel em Serviço Social pela mesma universidade.

E-mail: joicecostasousa@gmail.com

Nanci Soares - Pós-Doutorado em Ciência da Saúde na Universidade de Aveiro (Portugal). Professora Assistente Doutora na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

E-mail: nancisoares15@gmail.com